

AULA 4. A QUESTÃO PATRIARCAL E O ESTADO BRASILEIRO

Profa. Marlise Matos (DCP, NEPEM, CIFG / UFMG)

ENAP

Escola Nacional de
Administração Pública



nepem

Núcleo de Estudos e Pesquisa
sobre a Mulher | UFMG

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Esta apresentação se subdivide em 5 grandes partes:

- 1) Definição de Estado;**
- 2) Definição de Patriarcado;**
- 3) Dinâmicas sócio-histórico-políticas de patriarcalização do Estado brasileiro;**
- 4) Iniciativas de despatriarcalização já levadas a cabo no Brasil pós-1988;**
- 5) Desafios e continuidade da luta.**

4.1. O QUE É O ESTADO?

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

- As definições de Estado que pretendo apresentar aqui estão muito longe da (ingênua) defesa de uma posição de neutralidade, universalidade ou permanente abertura das nossas instituições estatais.
- De um modo geral, as ideologias dominantes, representadas e defendidas pelas elites políticas e pelos governantes de um determinado país/região e em um determinado momento histórico, costumam administrar bastante seletivamente o ingresso/acesso aos recursos estatais.
- Essa seletividade tem consequências múltiplas e entre elas está aquela que termina definindo padrões “aceitáveis” de legitimidade que, costumeiramente, passam a ser, então, considerados como mais “democráticos”.
- Isso geralmente é levado a termo através da colaboração de múltiplas agências institucionais (desde os partidos políticos, os meios de comunicação de massa, o sistema escolar, as igrejas etc.) das quais o Estado costuma lançar mão para efetivar a sua necessidade de legitimação social. Aqui vamos problematizar a instituição estatal brasileira na perspectiva de dois de seus poderes centrais:
 - **o Poder Legislativo e o Poder Executivo.**

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

O QUE É O ESTADO ?

- Parto do pressuposto aqui de que a **INSTITUIÇÃO ESTATAL** vai além de um caráter de **UNIDADE SUPERIOR DE DECISÃO POLÍTICA** sobre uma determinada população relativamente homogênea que habita território delimitado.
- Max Weber, um Estado nacional soberano seria sintetizado na máxima: **“Um governo, um povo, um território”**, sendo este mesmo Estado responsável pela organização política e pelo controle social, pois deteria o monopólio legítimo do uso da força e da violência (**coerção física**, mas muito especialmente também, **coerção formal-legal**).
- A unidade estatal também costuma ser tradicionalmente significada como o **espaço institucional para o processamento e a transação legítima de dissensos/conflitos entre diferentes atores/atoras sócio-políticos/as**; uma instituição responsável por atuar como mediadora dos interesses, definindo, ao fim e ao cabo, aquilo que seria (ou não) legítimo em sua esfera de atuação.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

A DEFINIÇÃO DE ESTADO que utilizo:

Um recurso de poder em si mesmo na medida em que é capaz de mobilizar outros recursos (sejam materiais, sejam simbólico-culturais e, claro, políticos) de poder.

Em sociedades democráticas complexas - multiculturais e multiétnicas como a nossa sociedade brasileira - já é claramente possível identificar determinadas inclinações e tendências étnico-culturais e de gênero que vêm sendo institucionalizadas no âmbito do Estado brasileiro, seja através de políticas públicas especificamente direcionadas a estes grupos, entrelaçadas, contudo com as inclinações de classe (um ótimo exemplo é o do Programa Bolsa Família), seja pelos mecanismos que vêm sendo criados para empoderar estes diferentes grupos.

E isso tem se dado porque **parte-se do pressuposto de que o Estado foi constituído historicamente como segregando e distanciando tal população feminina e negra do país. E tal segregação e exclusão estão DIRETAMENTE ARTICULADOS A NOSSOS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO !**

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Sendo assim pretendo propor a **URGENTE necessidade de descolonização e despatriarcalização do Estado**, tomado aqui também como um eixo central de análise da opressão de gênero ou patriarcal, entendendo que para uma efetiva construção e consolidação democrática brasileira é necessário tal processo de democratização social do Estado.

Destaque-se que aqui no Brasil, diferente de muito outros países latino-americanos, os traços coloniais de seu sistema social e político NÃO ESTÃO sendo atualmente debatidos de maneira pública, SENDO QUE TAL AGENDA NÃO É, INFELIZMENTE, CENTRAL ENTRE NÓS.

Mas a fixação da atenção política neste tema, proposta desta palestra e apresentação, nos leva, necessariamente aos problemas da *colonização-descolonização* brasileira, UM DEBATE QUE PARECEMOS NOS RECUSAR A FAZER.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Teóricas feministas têm insistentemente observado que o exercício do poder estatal apresenta sim esta inclinação e/ou pré-julgamento sobre as relações de gênero que o estruturam sendo estas, quase sempre, disfarçadas sob o manto de uma imaginária neutralidade de gênero no âmbito das instituições estatais (no Executivo, no Legislativo e no Judiciário).

Mas essa neutralidade simplesmente não existe e pode-se sim afirmar a forte presença de inclinações patriarcais (e racistas) estruturadas no Estado brasileiro.

Sendo assim, entendemos que seria igualmente necessário o processo permanente de crítica e de desconstrução desses elementos e estruturas que ainda se organizam de modo bastante enviesado em relação a gênero (e raça), ou seja, se organizam patriarcalmente dentro do Estado brasileiro.

Só a partir desse exercício é que seria possível se acumular e disseminar as forças necessárias para efetivamente se “despatriarcalizar” o nosso Estado, investindo esforços na descolonização e despatriarcalização das suas diferentes instituições.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

- O ESTADO acaba responsável por facilitar ou por bloquear determinadas agendas, assim como por oportunizar o desenvolvimento político de determinados grupos (antigos ou novos) em seu seio, em detrimento de outros.
- Essa sua posição estratégica costuma propiciar aos diferentes grupos sociais condições mais concretas de acesso à estrutura estatal, bem como delimita e determina também as suas possíveis margens de manobra e, sobretudo, o seu acesso efetivo a recursos políticos, que costumam ser de várias ordens (e não apenas orçamentários).
- **DESPATRIARCALIZAR AQUI SIGNIFICA CONDUZIR E PRODUZIR ORQUESTRADAMENTE ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DESCOLONIZAÇÃO PATRIARCAL E RACIAL DO ESTADO BRASILEIRO E DA SUA FORMA DE GESTÃO PÚBLICA**, com vistas a reforçar uma nova etapa que tenha foco na conquista de resultados **CÍVICOS** de políticas públicas.
- Trata-se de pensar um formato de Estado finalmente voltado para a promoção da **JUSTIÇA SOCIAL** e da **CIDADANIA** inclusiva de **TODAS** e **TODOS** em nosso país!

4.2. O QUE É O PATRIARCADO?

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

O PATRIARCADO

Pode ser entendido como uma força ou poder genealógico (tribal, clânico, familiar e pessoal) de dominação dos homens sobre as mulheres, seus descendentes, escravos e família.

KATE MILET (1975, “*Sexual Politics*”): “se consideramos o poder patriarcal como uma instituição em virtude da qual uma metade da população, quer dizer, as mulheres s encontra sob o controle da outra metade, os homens, descobrimos que o patriarcado se apóia sobre dois tipos de relações: a do macho a dominar a fêmea e a do macho de mais idade a dominar o mais jovem”.

CELIA AMORÓS (1994): “pode-se considerar o patriarcado como uma espécie de pacto interclassista metaestável, pelo qual se constitui o patrimônio de gênero dos homens, na medida em que eles se autoinstituem sujeitos do contrato social diante das mulheres que são, em princípio, as contratadas”.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Existe uma forte associação entre famílias e patriarcado remete à origem do termo “família”, oriundo do vocábulo latino *famulus*, que significa “escravo doméstico”. Esse novo organismo social – a família – consolidou-se enquanto instituição na Roma Antiga.

A família romana era centrada no homem, sendo as mulheres, no geral, meras coadjuvantes. O patriarca tinha sob seu poder a mulher, os filhos, os escravos e os vassalos, além do direito de vida e de morte sobre todos eles.

A autoridade do *pater familiae* sobre os filhos prevalecia até mesmo sobre a autoridade do Estado e duraria até a morte do patriarca, que poderia, inclusive, transformar seu filho em escravo e vendê-lo (ENGELS, 1884/1964; XAVIER, 1998).

Cabe destacar que o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

O PATRIARCADO é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos:

- 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e,**
- 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos.**

A SUPREMACIA MASCULINA DITADA PELOS VALORES DO PATRIARCADO:

- atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas;**
- legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e,**
- estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (MILLET, 1970; SCOTT, 1995)**

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

O patriarcado, enquanto teoria universal e totalizante, é tema muito controverso no campo dos estudos feministas.

Por exemplo: Lobo (1992) e Rowbotham (1984) criticam o uso do termo “patriarcado” em função do caráter a-histórico, fixo e determinante impregnado em seu conceito.

Castro e Lavinhas (1992) ressaltam que o conceito de patriarcado, tomado de Weber, tem delimitações históricas claras, tendo sido utilizado para descrever um tipo de dominação assegurada pela tradição, na qual o senhor é a lei e cujo domínio refere-se a formas sociais simples e a comunidades domésticas. Seria, portanto, inadequado falar, na modernidade, em “sociedade patriarcal”.

Além disso, na medida em que a família, as relações entre os sexos e as estruturas e formas de organização do Estado mudaram, a ideia de patriarcado utilizada para se referir a estas dimensões pode correr o risco de “cristalizar” a dominação masculina e, assim, impossibilitar pensar as estratégias urgentes de mudança.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Mas Machado (2000, p.3), em contrapartida, já admite a existência de um “patriarcado contemporâneo” que foi alterando suas configurações ao longo da história na forma de um patriarcado moderno.

Contudo, para esta autora, a diversidade da história ocidental das posições das mulheres, em contexto e transformação e de contradições, dificilmente possa ser remetida a uma ideia unitária ou totalizante de patriarcado, a não ser como uma alusão à constante (mas jamais igual) modalidade de dominação masculina.

Já para Pateman (1993, p.167), “o poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal.

As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública”. Nesse sentido, há, segundo ela, um patriarcado moderno, contratual, que estrutura a sociedade civil capitalista. **O patriarcado moderno vigente alterou sua configuração, mas manteve as premissas do pensamento patriarcal tradicional.**

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

PATRIARCADO = É UMA FORMA DE PODER POLÍTICO (além de uma forma de dominação de gênero).

Muitos teóricos políticos modernos têm sustentado o direito patriarcal.

Abandonar o conceito de patriarcado seria uma “perda” para a teoria política feminista pq ele é o único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens.

É URGENTE QUE SE FAÇA UMA HISTÓRIA FEMINISTA DO CONCEITO DE PATRIARCADO.

Aqui pretendo ressaltar a urgência de rememorar (e reconstruir) o processo genealógico de enraizamento do patriarcado NO ESTADO BRASILEIRO.

Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

As relação patriarcais não são apenas as relações familiares!

As TRÊS PRINCIPAIS FORMAS DE ARGUMENTAÇÃO PATRIARCAL:

1) O pensamento patriarcal tradicional:

- famílias sob o comando da autoridade paterna, incorporação das relações de poder através do regime paterno (o PAI é o modelo da autoridade);
- Combate entorno do poder paterno ou do direito do pai – o direito Político ERA paterno.

2) O patriarcalismo clássico :

- os poderes político e paterno eram idênticos;
- desenvolvimento de uma teoria do direito e da obediência política através da dominação patriarcal. O direito político paternal é natural, originado no poder da reprodução do pai (não envolvia o contrato ou o consentimento);
- A Família = como uma instituição natural

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

3) O patriarcalismo moderno (É ESSE QUE NOS INTERESSA):

- o patriarcado moderno é FRATERNAL, contratual e estrutura a sociedade civil capitalista;
- Os pais politicamente derrotados dos teóricos do contrato social foram destituídos de seu poder (se tornando pais modernos em famílias moderna e privadas);
- Família = como uma instituição artificial, onde o direito paterno é uma convenção ou simplesmente contratual, baseado na força (T. HOBBS)
- Assim se produziu o apagamento do direito conjugal sobre o direito paterno.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

UMA DAS VANTAGENS DA ABORDAGEM DO PROBLEMA DO PATRIARCADO ATRAVÉS DA HISTÓRIA DO CONTRATO SEXUAL É MOSTRAR QUE A SOCIEDADE CIVIL, INCLUSIVE A ECONOMIA CAPITALISTA E A ORGANIZAÇÃO ESTATAL, TEM UMA ESTRURURA PATRIARCAL.

- **PATEMAN:** o "indivíduo" construído a partir do Contrato é masculino e só a ele é garantida a participação no espaço da decisões políticas.
- **Economicamente,** a esfera pública é ocupada pelo papel do "trabalhador" - também masculino, que garante a função de produtor e provedor aos homens, reforçando que seu domínio possa perpassar os polos privado e público.
- **Pateman aborda também autores recentes que explicaram, de outras perspectivas, a criação da ordem social e política - Freud e Lévi-Strauss -, apontando como eles trabalham com os mesmos pressupostos, e contratualistas contemporâneos como Rawls, que continuam a operar com uma noção de indivíduo universal que aponta para uma construção masculina (branca, heterossexual, burguesa etc.) .**

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

A autora enfatiza que enquanto todas as relações naturais foram substituídas por relações civis após o Contrato, a sujeição feminina permaneceu naturalizada.

Por isso, embora o casamento, formalmente, não prescindia de um Acordo, internamente ele mantém a relação de dominação conjugal masculina justificada pela natureza, sendo, portanto, permanentemente despolitizado.

A despeito da dominação natural sobre as mulheres, o Contrato de Casamento é necessário, principalmente porque esse é o momento em que a mulher é alçada temporariamente à condição de "indivíduo" - um ser apto a celebrar contratos - e isso é fundamental para manter a crença de que a modernidade contemplou a todos com a inserção na ordem civil, ainda que no momento subsequente esse mesmo contrato vá mantê-la destituída da possibilidade de participação política - o *status* de dona-de-casa é próprio do mundo privado e, portanto, incompatível com a esfera das decisões públicas.

A "liberdade" do divórcio de certa forma continuaria o contrato de casamento porque a responsabilidade sobre os filhos normalmente é confiada às mulheres, mais uma vez, naturalmente propensas à maternidade.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

O mundo do trabalho ilumina as dificuldades da ocupação da esfera pública pelas mulheres enquanto mantidos aqueles pressupostos.

A mulher trabalhadora convive com o papel de dona-de-casa e não raro é sobrepujada por ele.

Além disso, as mulheres são pior remuneradas que os homens e enfrentam também o assédio sexual, expressão do direito masculino de acesso ao corpo das mulheres.

A **NEUTRALIDADE É UMA FARSA** se não forem desmontadas as dicotomias produzidas pela modernidade

- natural/civil,
- privado/público,
- mulher/indivíduo) e seus pressupostos contratualistas hierarquizadores:

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

"Para que as relações políticas percam a aparência de escravidão, mulheres e homens livres têm de concordar de boa vontade em manter as condições sociais de sua autonomia. Ou seja, eles têm de concordar em manter os limites. A liberdade exige uma ordem e a ordem exige limites. Na sociedade civil moderna a liberdade é irrestrita - e a ordem é mantida por meio do domínio e da obediência. Afim de que o domínio dos homens seja substituído pela autonomia das mulheres e dos homens, a liberdade individual tem de ser limitada pela estrutura das relações sociais, às quais a liberdade é parte inerente" (Patemam, p. 340).

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Outras autoras feministas têm discutido o universalismo iluminista como base da inferiorização e desqualificação das experiências que não se enquadram no perfil racional e homogeneizador dessa matriz.

FRASER, YOUNG, BENHABIB, entre outras:

- TÊM DEMONSTRADO COMO NA ARENA POLÍTICA MODERNA SÃO EXCLUÍDOS OS GRUPOS ASSOCIADOS COM A AFETIVIDADE, A NECESSIDADE E O DESEJO, E COMO O IDEAL DE IGUALDADE (abstrato, formal, universalizante) TEM SE PRESTADO À TAREFA DE ELIMINAR ALTERIDADES.

Estas reflexões trazem elementos importantes para que pensemos no desafio da construção das sociedades democráticas enquanto espaço de múltiplas expressões.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Se tomarmos como parâmetro a sociedade brasileira, heterogênea, diversa, complexa e profundamente desigual em todos os recortes sociais que se faça, as questões propostas pelos feministas nos alertam para o fato de que **não basta eliminar disparidades econômicas ou ampliar espaços formais de participação para a estruturação de um espaço democrático de relações.**

A pluralidade de convivência exige que padrões preestabelecidos não subsumam as diferenças ou as confinem em guetos sociais e/ou políticos, **tomando a heterogeneidade como desordem a ser controlada.**

Vamos nos debruçar então sobre ao menos autor/pensador do pensamento social brasileiro a partir do qual é plenamente possível demonstrar **COMO o Estado brasileiro terminou por se constituir como patriarcal!**

Sabemos que a partir do surgimento do capitalismo ocorreu uma “autonomização” do Estado perante as classes sociais, fazendo surgir a separação entre “Estado” e “sociedade”, “público e privado”. Transformou-se, portanto, a forma de dominação política, que se institucionalizou. Note-se que: **“A separação capitalista entre ‘Estado’ e ‘sociedade’ engendrou a oposição entre a esfera ‘pública’ e a esfera ‘privada’, que representa um mecanismo decisivo da opressão sexual” (HIRSCH, 2010, p. 40).**

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Sabemos também que as relações de gênero são parte fundamental da construção da sociabilidade capitalista, tendo a família e a forma tradicional (nuclear e burguesa) do casamento como condições da dominação estatal. Ainda segundo HIRSCH:

“Só a partir da dissolução das relações de parentesco tradicionais, de base econômica, nas antigas sociedades agrícolas, é que a ligação entre mulheres e homens como indivíduos sexualmente distintos, generalizada e, ao mesmo tempo, separada de todos os outros laços sociais, torna-se a base decisiva do vínculo social. A sexualidade individualizada em dois gêneros, com a construção de suas respectivas características – expressas em romances e no ideal de uma relação familiar de casal -, assim como o nacionalismo, opera um cimento ideológico estabilizador dos laços sociais, ultrapassando as diferenças de classe. (...) Essa ligação pode ser vista na prática da política familiar e populacional, que, desde o início, pertence ao núcleo central das atividades estatal-nacionais. A ‘estatização’ das relações familiares e de gênero é uma reação à dissolução das formas de produção e de relações tradicionais, pré-capitalistas, voltadas à preservação da instituição social assegurada burocraticamente, que impregna e fortalece, de maneira decisiva, as relações sociais existentes, inclusive as de subordinação. Exatamente nesse sentido, a família e o casamento não são a ‘célula-mater’ da sociedade, mas fundamentos essenciais das relações de domínio estatal. Esse é um dos motivos para o comportamento sexual discordante frequentemente ser tido como socialmente destrutivo, e considerado uma ameaça ao Estado.” (HIRSCH, 2010, p. 93).

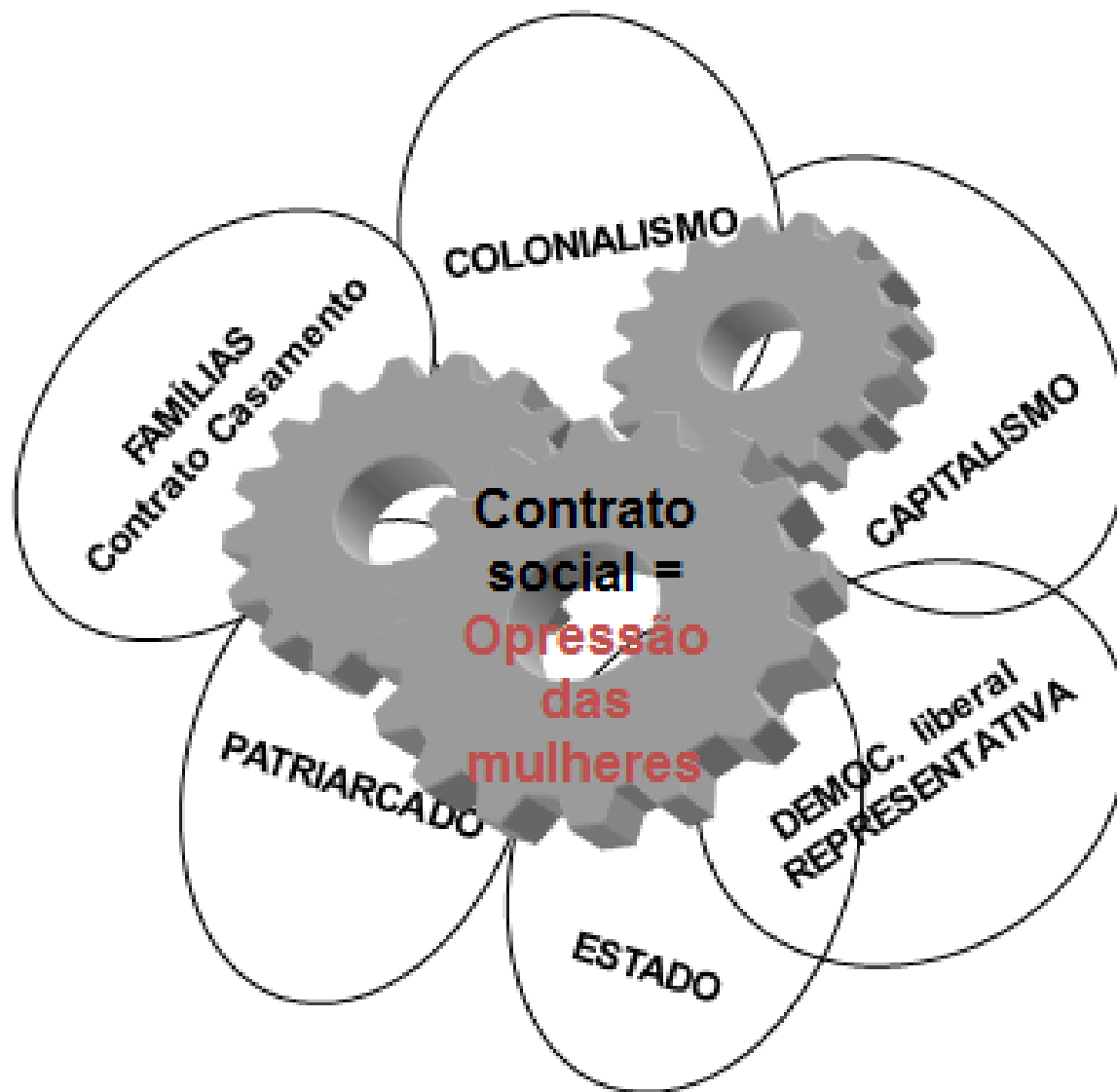
Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

As relações e inter-relações entre Estado, dominação patriarcal e colonial, bem como as relações capitalistas estão enraizadas

Desta forma, sabemos que o Estado continua sendo un *Estado colonial e patriarcal* aqui no Brasil.

Opresión colonial y opresión de género coexisten. Por tanto, existe un problema y de lo que se trata es crear espacios re·exivos para imaginar estrategias de modi·caci·n de esta situación.

Figura 1: Elementos centrais da opressão de gênero e racial no Brasil



4.3. O PATRIARCADO ESTÁ ENRAIZADO NO ESTADO BRASILEIRO – dinâmicas histórico-teórico-políticas

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Raimundo Faoro (segundo a interpretação de Neuma Aguiar, 2002), é a figura central nesse debate:

- foi ele um dos primeiros pensadores brasileiros a argumentar que o patriarcado brasileiro cedeu lugar a um Estado Patrimonialista, observando que, ao contrário de vários países de origem anglo-saxã e sistema liberal de governo, o modelo de organização política, seguido pelo Brasil, se pauta pela dominação do público sobre o privado.

Faoro se rebela contra o argumento de que uma das principais instituições sociais brasileiras, independentes do Estado, é a família, conforme as interpretações de Silvio Romero, Nísia Floresta, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido, entre outros.

Esses últimos vinham analisando o patriarcado como uma herança do sistema escravagista.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Segundo Aguiar, na literatura liberal anglo-saxã, o rompimento com a analogia entre sistema familiar e sistema de governo, em moldes patriarcais, ocorreria com a proposta de uma nova interpretação do sistema político, baseada na capacidade de uso da razão dos cidadãos adultos que se organizam e negociam suas demandas públicas.

Essa “nova teoria política” recusaria os princípios absolutistas de poder das monarquias tradicionais, construindo, alternativamente, a ideia de uma sociedade civil que se governa a si própria, sem a tutela de um patriarca.

Com essa recusa da analogia entre família e poder político, a esfera pública se distinguiria da privada.

MAS COMO VIMOS A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO DE CAROLE PATEMAN: não foi isso que aconteceu, de fato!

O patriarcado, como visto, é um sistema de poder análogo ao escravismo: e seria urgente compreender como o mesmo pode gerar uma série de demandas normativas críticas de correção das situações de arbítrio de poder dentro do espaço familiar e para além do mesmo (alcançando o próprio Estado).

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

No caso brasileiro, Faoro argumenta que o estamento burocrático gerou SIM legislação sobre a esfera privada.

Porém, essa perspectiva não explica os casos de dominação arbitrária no interior da esfera familiar, como a obrigatoriedade, da parte das mulheres, de manter relações sexuais com os maridos, decorrentes de uma obrigação de atender aos desejos masculinos, independentemente das circunstâncias, e de sua própria vontade.

A violência contra mulheres e a impunidade, como a figura jurídica da “legítima defesa da honra” masculina, consiste em outra indicação de relações patriarcais.

Tais situações de arbítrio de poder na família foram amplamente documentadas pelo pensamento social brasileiro.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Segundo Aguiar foram 5 as perspectivas sobre o patriarcado que foram desenvolvidas pelo pensamento social brasileiro. Ela ainda destaca a importância dessa analítica sócio histórica também para a análise das relações de poder que **NÃO** ficaram completamente fora do alcance do Estado no Brasil. São elas:

- **1. Silvio Romero** e sua uma tipologia para classificar as famílias brasileiras em quatro categorias analíticas: patriarcal, quasi-patriarcal, tronco e instável;
- **2. Oliveira Vianna** que analisou os clãs patriarcais como sendo constituídos por uma família estendida, incluindo parentes consanguíneos, por afinidade civil, religiosa e por adoção, chefiada por um patriarca – um grande proprietário de terras – circundado por uma massa de aparentados, e/ou de outros dependentes sem laços de parentesco;

- Vianna é criticado por Faoro ao conceder demasiada ênfase à autonomia e à prosperidade da ordem privada do latifúndio, em detrimento de um exame do papel do Estado Nacional no sistema de poder. Porém, segundo Aguiar esta crítica não seria procedente para o conjunto da obra de Vianna, pois o mesmo debateu sim sobre o lugar da monarquia no jogo político dos clãs patriarcais e das propostas normativas subsequentes que desenvolve sobre o corporativismo.

Os dois autores divergem exatamente quanto ao lugar do Estado centralizador no desenvolvimento nacional.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

- **3. Gilberto Freyre:** Independentemente das relações entre a organização do grupo doméstico e a forma de dominação estatal, o autor mostra que o patriarcalismo estabeleceu-se no Brasil como uma estratégia da colonização portuguesa. As bases institucionais dessa dominação são o grupo doméstico rural e o regime da escravidão.

A estratégia patriarcal consiste em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão-de-obra para gerar riquezas. A dominação se exerce com homens utilizando sua sexualidade como recurso para aumentar a população escravizada.

Freyre foi o principal responsável por fomentar o “mito da democracia racial”: construindo uma narrativa falseada das relações estabelecidas no Brasil entre as diferentes raças. Descrito por Freyre como uma estrutura “cristocêntrica” e miscigenadora (FREYRE, 2004; 2003), para o sociólogo pernambucano conflitos e misturas culturais tenderiam a se dissolver no jogo inter-relacional e afetivizado que agencia tensões nas famílias multicromáticas geradas pela libido insaciável do colonizador lusitano. Mesmo que fomentando a violentação sistemática de africanas e ameríndias, esse furor erótico, ao estimular a mestiçagem, impossibilitaria o segregacionismo baseado em concepções essencialistas de diferença racial, prevalecendo apenas o que foi denominado como “preconceito de cor”, ou seja, formas epidermalizadas de classificação que serviriam de metáforas corpóreas, bastante flexíveis, para distinções de status.

- **4. Oliveira Vianna**

- **5. Sergio Buarque de Holanda**

Figura 2: Síntese dos elementos centrais de construção do Estado Patriarcal no Brasil (Fase 1 Colonização)

BRASIL COLÔNIA



Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

O PATRIMONIALISMO

baseado em privilégios, as alianças familiares que se constituem por meio de casamentos e uniões, fazem parte do processo político de manutenção desses benefícios (Adams, 1994).

O patrimonialismo é uma transformação do patriarcado pelo processo de diferenciação, que se constrói a partir das relações de dependência entre o senhor e seus familiares, ou entre o soberano e os funcionários burocrático-estamentais.

O patrimonialismo se caracteriza pela subordinação dos funcionários despossuídos ao senhor. A relação foi considerada semelhante à de escravização (mas não era), também assemelhada por Weber à devoção familiar.

oi a associação entre patrimonialismo e escravidão que levou **Buarque de Holanda** a aplicar o conceito com relação ao Brasil e a destacar a abolição da escravatura como um dos principais fatores explicativos do processo de mudança na sociedade brasileira. O autor também enumera que o ingresso em uma nova ordem urbana dilui a formação rural que lhe antecede. Holanda adota assim a postura de que o processo de diferenciação segundo o eixo urbano/rural explica a transformação do patriarcado.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Como na visão weberiana o sistema jurídico vai se destacando e diferenciando do arbítrio do pai-de-família, resta uma questão não discutida por **Raimundo Faoro**. Com a nova ordem patrimonial, como o conjunto de normas jurídicas repercute no interior do espaço doméstico, quem julga os conflitos: o pai ou o juiz patrimonialmente designado? Como se dá a interação entre esses corpos intermediários de poder e a família? Que tipos de casos jurídicos emergem? Como são avaliados e implementados?

Pela análise de Faoro, uma vez que o patrimonialismo se estabelece parece que não apenas a sociedade civil se lhe atrela, mas a sociedade dele, também, fica cativa. Pela equação sociedade civil/sociedade, esta última deixa de ser objeto de interesse analítico e as formas de organização da vida social desaparecem, obscurecidas pelo único interesse analítico no âmbito do Estado.

O problema teórico refere-se a como essa dependência do contexto doméstico do Estado afeta o grau de arbítrio do chefe-do-domicílio, até então preponderante na família. Como as regras codificadas a partir da tradição se impõem na vida cotidiana, regulando, por exemplo, a violência doméstica. Sabe-se que no patriarcado, o pai-de-família detém prerrogativas de vida e morte sobre os familiares. Como fica esse poder ante o patrimonialismo? Como o poder público patrimonial, enunciando uma questão exemplar, se debruça sobre a escravidão?

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

No caso brasileiro, a teoria do patriarcado tem servido para a análise das relações de dominação que antecederam a emergência do sistema capitalista.

Como relação de poder, teóricos do liberalismo desenvolvem esta perspectiva para discutir formas alternativas de resolução de conflitos e de desenvolvimento do processo decisório na relação entre Estado e Sociedade Civil. A família patriarcal e o modelo de relações políticas derivado da família estão no cerne dessa questão.

Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e Heleieth Saffiotti, traçam, então, um eixo de interpretação da sociedade brasileira com grande impacto, tomando a sociedade escravista do tempo do Império, como ponto de partida histórico, classificando-a simultaneamente como escravagista e senhorial.

Eles (e ela) observam que o Estamento burocrático no estado Patrimonial possui uma relação distinta da escravidão clássica para com a coroa. Algumas das funções estamentais são efetuadas pela escravidão que se superpõe, na visão de Fernandes, à sociedade senhorial. A escravidão é distinta da que serviu de base para que Weber analisasse as suas bases jurídicas.

Os escravizados não são um botim de guerra, mas constituem uma mercadoria. Portanto, ao Estado Patrimonial se sobrepõe à sociedade de classes.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

A sociedade brasileira está completamente estruturada em relações de violência racial, étnica e patriarcal

Como estamos vendo, a análise da família patriarcal e de sua centralidade na constituição do Brasil, está presente em várias obras de autores clássicos do pensamento social brasileiro, apresentarei, de forma sucinta, o argumento das obras “Raízes do Brasil” – de Sergio Buarque de Holanda e “Populações Meridionais do Brasil” (volume 1), de Oliveira Vianna.

“Nós somos o latifúndio. Ora, o latifúndio isola o homem; o dissemina; o absorve; é essencialmente antiurbano. Nesse insulamento que ele impõe aos grupos humanos, a solidariedade vicinal se estiola e morre. Em compensação, a vida da família se reforça progressivamente e absorve toda a vida social em derredor. O grande senhor rural faz da sua casa a solarenga do seu mundo. Dentro dele se passa a existência como dentro de um microcosmo ideal: e tudo é como se não existisse a sociedade. [...] Essa preponderância da vida de família influi consideravelmente sobre o caráter e a mentalidade da nobreza rural: torna-a uma classe fundamentalmente doméstica. Doméstica pelo temperamento e pela moralidade. Doméstica pelos hábitos e tendências” (VIANNA, 1974, p. 53).

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Tal modelo se assemelha à família patriarcal ou ao tipo de dominação patriarcal, tal como desenvolvido por Weber (1991): o chefe de família, o pai ou marido, se apresenta como detentor do poder e sua autoridade é legitimada pelo costume, pela tradição, e sua função é manter a paz, a estabilidade e a ordem. Todos os demais membros da família ou agregados se subordinam a tal poder e a existência deles gira em torno do serviço ao senhor.

Tal domínio é constituído por três grupos, a saber: a família senhorial, os agregados e os escravizados.

Responsável também pelo encontro das três raças, a branca, a amarela/indígena e a negra, o latifúndio se apresenta como um espaço de cruzamento das mesmas e surgimento dos/as mestiços/as. Essa forma de mestiçagem foi profundamente violenta, tendo se realizado basicamente através da violência sexual e do estupro das mulheres negras e indígenas.

Nesse contexto, a forma de organização da família patriarcal se estendia a toda a organização social, consistindo inclusive na principal fonte da autoridade social.

Todas essas relações foram atravessadas por profunda brutalidade e genocídio. Mas, muitas vezes, esses autores não dão esse destaque.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Por sua vez, a interpretação que **Holanda** desenvolve a respeito da formação do Brasil também se refere à colonização do território, que tem como herança o iberismo, que marcaria a origem, a identidade e o destino da nação.

Segundo o autor, essa tradição tem como traço distintivo uma “cultura da personalidade”, ou seja, a predominância do personalismo. Tal aspecto impossibilitaria o desenvolvimento de formas de solidariedade e de cooperação entre os indivíduos, além daquelas advindas dos laços familiares ou domésticos:

“O que principalmente os distingue [referindo-se aos ibéricos] é, isto sim, certa incapacidade, que se diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como o são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade” (HOLANDA, 2002, p. 137).

Desde o período colonial, **a forma de organização predominante** seriam as chamadas “associações primárias”, **baseadas em laços de sangue**, em detrimento das “associações secundárias”, baseadas na solidariedade com “estranhos”, que compartilham uma identidade mais ampla, como a nacionalidade, por exemplo⁵. Nesse contexto, não haveria espaço para o florescimento de formas modernas (leia-se: liberais) de organização social, a exemplo dos países desenvolvidos, havendo necessidade da centralização do poder e da imposição da autoridade para se garantir a ordem social, prevalecendo, ademais, o domínio dos afetos, das paixões.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Tal preponderância dos afetos e a aversão aos formalismos, ritualismos e às distâncias sociais compunham o que o autor chamou de “cordialidade”, característica dos indivíduos que se encontravam no Brasil. A pessoalidade, singularidades individuais e feitos notáveis se destacavam como aspectos centrais na organização privada e pública do país.

Todavia, é no mínimo curioso essa forma de produção de sentido pois as relações coloniais foram profundamente violentas e desagregadoras: FORAM RESPONSÁVEIS POR PRODUZIR O GIGANTESCO FOSSO ENTRE AS CLASSES (brancas e miscigenadas) E AS POPULAÇÕES ESCRAVIZADAS e/ou DOMINADAS à força.

“Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente os escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias. Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade, em que a própria palavra ‘família’, derivada da ideia de *famulus*, se acha estreitamente vinculada à ideia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi*” (HOLANDA, 2002, p. 81).

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

A partir do século XIX, indica **Heleieth Saffioti**, estaria consolidado o poder dos chefes de parentela, levando o Estado patrimonial a se assentar muito mais num tipo de patrimonialismo patriarcal do que em um patrimonialismo estamental.

Essa forma de organização de poder, em visão totalmente oposta à de Faoro, se apresenta com alto grau de compatibilidade com o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que a exploração lucrativa da propriedade territorial levaria a um processo de acumulação que se tornaria incompatível com a estrutura da sociedade colonial de caráter estamental.

Florestan todavia aponta que as várias burguesias que se formam em torno da plantação e das cidades já nascem débeis.

Em lugar de forjarem instituições próprias, elas procuram exercer pressão e influência sobre o Estado, formando o que o autor denomina de consolidação conservadora. Esta é o resultado da moldagem da mentalidade burguesa pelas oligarquias tradicionais. Dessa forma, as velhas estruturas se vêm restauradas.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Saffioti ao desenvolver o tema do patrimonialismo patriarcal, toma dois eixos de análise:

- (1) a situação das mulheres brancas e das negras, no sistema senhorial, bem como a transformação que ocorre em sua posição decorrente da abolição da escravatura;
- (2) o processo de diferenciação, segundo os eixos: urbano/industrial e nordeste/sul, quando aquela autora atenta para o lugar que o sistema de educação nele detém.

A reclusão doméstica se abranda com o ambiente das cidades, embora as mulheres brancas fiquem à margem do movimento abolicionista.

No meio rural, persistem os códigos de comportamento da sociedade patriarcal com a reclusão das mulheres no âmbito doméstico. Porém, entre a desorganização da família estendida e o predomínio da família nuclear encontra-se ampla gama de experiências. A prepotência do pai-de-família vai dando lugar à função econômica de provedor.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Embora Saffioti reafirme a importância do processo de urbanização na diluição do patriarcado, sua análise apresenta uma grande novidade.

A industrialização que emerge com a ordem capitalista resulta no aumento das disparidades sociais entre homens e mulheres.

Maria Valéria Junho Pena aponta que Saffioti, neste caso, sofre a influência de Engels. Quando a propriedade privada se sobrepõe, a monogamia e o direito paterno também passam a predominar, aumentando as disparidades sociais entre homens e mulheres.

Quando o patriarcado é compreendido como uma dimensão do sistema capitalista, diz-se que o enfoque é dual. Saffioti, da mesma forma que Fernandes, situa o patriarcado como um antecedente do capitalismo, procurando efetuar um enfoque histórico e assim evitar o dualismo.

Assim, para Saffioti, não há separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista. Saffioti (2004) destaca que, apesar dos progressos femininos na busca por emancipação, a base material do patriarcado não foi destruída.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

As formas de dominação patriarcal, no entanto, se alteram no decorrer da história aponta Walby (1990).

Cabe portanto analisar como o patriarcado agrário e escravista se transforma, resultando em novas formas de dominação patriarcal ante a presença de um capitalismo privado, em sua forma econômica clássica, sob a dominância estatal. Em qualquer dessas modalidades, ocorre um processo de diferenciação que hipoteticamente resulta na criação de um estamento que se interporia entre a autoridade do mandatário e a posição dos demais membros da sociedade. Observe-se, outrossim, que a proposição de que o capitalismo gera uma nova forma de patriarcado.

Os laços de dependência na esfera doméstica se acentuam com o desenvolvimento do capitalismo e/ou do Estado e da burocracia estamental.

O duplo enfoque analítico do público e do privado, do âmbito doméstico e do trabalho remunerado, pode explicar como o desenvolvimento da racionalidade societária no contexto do Estado ou das relações de trabalho capitalistas não resulta na superação do patriarcado.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Dessa forma, a integração nacional operada pela família patriarcal brasileira, impossibilitou o desenvolvimento de laços de solidariedade mais amplos (já que se baseou na violência extrema e mesmo no genocídio e no estupro), como aqueles vinculados à noção de cidadania, o que demandaria a centralização do poder e a constituição de um Estado forte (autoritário e não liberal, na visão de Vianna, e pujante, mas não despótico e tampouco baseado num liberalismo meramente formal, na perspectiva de Holanda).

Pretendia-se, pois, o estabelecimento de um poder centralizado que conseguisse promover a integração nacional e garantir que os indivíduos se tornassem cidadãos, tendo como fundamento a separação entre os domínios público e privado da vida social.

Mesmo o processo de centralização operado por Vargas, que visava modernizar e mesmo refundar o Estado brasileiro (o que remete às análises de Vianna, 1974, e Holanda, 2002) não permitiu superar o patriarcado enquanto sistema de subordinação das mulheres. A autora pretende demonstrar como o desenvolvimento econômico e político do país não necessariamente implicaram a superação das desigualdades de gênero, mas apenas indicam uma reestruturação do patriarcalismo, argumento convergente com aquele desenvolvido por Pateman (2013), Aguiar (1997) e Walby (1990).

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Besse (1995) verifica a existência de dois movimentos relacionados às mulheres nas décadas de 1920 e 1930 no Brasil.

O primeiro é em direção à maior participação social das mulheres devido ao seu ingresso no mundo público como consumidoras, o que lhes foi possibilitado pela garantia de acesso à educação e ao trabalho remunerado, e também devido à sua associação em diversas organizações feministas que reivindicavam direito civis e políticos para as mulheres.

O segundo é representado pela visão racionalista e secular da eugenia, por um lado, preocupada com aspectos como a “reprodução higiênica e “educação eugênica”, e por outro lado, pela Igreja Católica que, apesar das divergências com os eugenistas, compartilhavam “da convicção de que a regeneração nacional (e o futuro do Brasil como potência nacional) dependia da saúde moral e física de cada uma de suas famílias” (BESSE, 1995, p. 3), responsabilidade que deveria ser assumida pelas mulheres, portando-se como boas mães e esposas.

Nesse sentido, a autora afirma que **o programa de centralização e modernização políticas operado por Vargas à época não era neutro no tocante à relação entre homens e mulheres, considerando a família como elemento central da sociedade, atuando, pois, no sentido de manter as hierarquias entre os sexos e as raças, fundamento da estrutura social.**

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

De acordo com Durhan (2004), a industrialização e o surgimento do capitalismo separaram radicalmente a produção da reprodução, em duas esferas distintas. Criou-se, assim, uma forma específica de isolamento feminino no espaço doméstico. Porém, para a autora, o capitalismo não excluiu a mulher da esfera pública.

O que ocorreu foi a inclusão simultânea do sexo feminino nas duas esferas, a pública e a privada. Surge, assim, a grande contradição da condição feminina: “a percepção de sua igualdade enquanto indivíduo na esfera do mercado e de sua desigualdade enquanto mulher na esfera doméstica da reprodução.” (2004, p.346).

Para as mulheres negras, importa destacar que sua inserção no trabalho/esfera pública remonta à pp colonização. É comum vermos autores/as descrevendo a entrada de mulheres no mercado de trabalho no Brasil apenas na industrialização do país. Isso é um erro: as mulheres negras foram as principais responsáveis por sustentar suas famílias quando ocorreu (e da forma absurda como ocorreu) a abolição da escravidão.

Mesmo as organizações familiares das pessoas recém libertas teve impactos sobre como as relações de violência continuaram a se sustentar (com um sobrepeso sobre as mulheres negras).

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Jeni Vaitsman (1994) examina criticamente o sistema de classificação das famílias que as diferencia entre patriarcal ou extensa e nuclear ou burguesa, apontando que a família burguesa, de fato, é uma família patriarcal.

Com a separação entre casa e trabalho, inaugura-se a divisão do sexual e do trabalho, com especialização das funções de provisão da casa e de cuidados com os filhos.

O processo de modernização brasileiro, portanto, inaugura uma nova modalidade de patriarcado. A concepção de uma família patriarcal burguesa, portanto, permite explicar porque o desenvolvimento capitalista e a industrialização geram iniquidades de gênero.

Transformações sociais em ampla escala, incluindo-se nestas o processo de urbanização, têm sido apontadas como responsáveis pela criação de novos conceitos de intimidade e de esfera doméstica. Todavia, a divisão sexual também é recurso de sustentação de hierarquia no contexto privado.

Quase nunca, quando se faz essa discussão, as formas de organização das famílias negras (extensas) aparecem em destaque.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Se mesmo nas sociedades onde o público se destaca do privado as relações de gênero continuam patriarcais, no âmbito das sociedades patrimoniais a intimidade entre público e privado não resultou em uma maior participação política ou econômica das mulheres nessa esfera pela própria origem patriarcal do estamento burocrático no contexto de um patrimonialismo patriarcal.

As assimetrias de poder nas relações entre homens e mulheres com o desenvolvimento da Ciência e do Sistema Jurídico podem ser transformadas historicamente, mas a análise do patriarcalismo no Brasil e em outros contextos pode documentar os obstáculos e avanços no desenvolvimento da sociedade.

Na verdade, o escravismo amplamente praticado na maior parte da nossa história, transformou o trabalho numa atividade indigna aos homens/mulheres livres e se conformou como uma divisão de classes, castas ou estamentos. Em seu topo estavam os que detinham a propriedade privada de terras e escravizados como principal elemento de diferenciação ou divisão social. As castas sacerdotais, burocráticas e/ou guerreiras se tornaram proprietárias de terras e homens (forças produtivas), assim como as classes dominantes do Estado. Os comerciantes, em geral, possuíam propriedades diversas, mas eram considerados uma casta de segunda categoria. Apesar disso, podiam desfrutar do mesmo ócio que a propriedade de terras e escravos permitia aos proprietários fundiários, que se constituíram como classe nobre ou aristocrata.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

A divisão em castas e estamentos, em termos práticos, tinha o mesmo efeito = legitimava a divisão social em torno da propriedade privada e colocava o Estado como palco de disputa a favor de uma ou outra das castas, ou frações de classe, proprietárias.

No outro extremo social se encontravam os escravos. Embora constituindo a maioria da população, e sendo a base econômica da riqueza que propiciava o ócio da nobreza e dos comerciantes, sua relação com os escravistas era extra-econômica.

Em termos modernos, era uma relação política, num processo em que os/as escravizados produziam, mas os senhores se apropriavam de toda a produção, e direcionavam parte dela, a seu critério, para a reprodução da força de trabalho escrava.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Os/as escravizados/as eram desconsiderados/as como seres humanos, sendo tratados apenas como força produtiva ligeiramente diferente dos animais e outros meios de produção.

Sua vida e sua reprodução dependiam totalmente da vontade dos senhores, que tinham sobre eles poder de vida e morte.

Em várias ocasiões, os/as escravizados/as se levantaram em revoltas, algumas de repercussão histórica, o que os levou mais tarde a serem tidos como uma classe.

Porém, como tal, nunca conseguiram sucesso na luta pela liberdade, nos tempos antigos, em especial porque pretendiam retornar ao igualitarismo comunitário, já superado pelas exigências das novas forças produtivas.

Entre a nobreza e os comerciantes, de um lado, e os escravizados, de outro, existiam os *demos*, *plebeus*, ou outros termos que identificavam a classe de homens livres que, durante todo o escravismo, lutaram por ter o mesmo direito de viverem no ócio e se apropriarem de parte da riqueza criada pelo trabalho dos escravos. Em parte, como participantes das expedições de guerra para a captura e transformação de povos inteiros à escravidão, os pobres livres se apropriavam de parcela do botim de guerra. Mas isso era insuficiente, especialmente diante da riqueza apropriada pela aristocracia.

Figura 3: Síntese dos elementos centrais de construção do Estado Patriarcal no Brasil (Fase 2 Patrimonialismo e Modernização Conservadora)

BRASIL REPÚBLICA



Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Se mesmo nas sociedades onde o público se destaca do privado as relações de gênero continuam patriarcais, no âmbito das sociedades patrimoniais a intimidade entre público e privado não resultou em uma maior participação política ou econômica das mulheres nessa esfera pela própria origem patriarcal do estamento burocrático no contexto de um patrimonialismo patriarcal.

As assimetrias de poder nas relações entre homens e mulheres com o desenvolvimento da Ciência e do Sistema Jurídico podem ser transformadas historicamente, mas a análise do patriarcalismo no Brasil e em outros contextos pode documentar os obstáculos e avanços no desenvolvimento da sociedade.

Na verdade, o escravismo amplamente praticado na maior parte da nossa história, transformou o trabalho numa atividade indigna aos homens/mulheres livres e se conformou como uma divisão de classes, castas ou estamentos. Em seu topo estavam os que detinham a propriedade privada de terras e escravizados como principal elemento de diferenciação ou divisão social. As castas sacerdotais, burocráticas e/ou guerreiras se tornaram proprietárias de terras e homens (forças produtivas), assim como as classes dominantes do Estado. Os comerciantes, em geral, possuíam propriedades diversas, mas eram considerados uma casta de segunda categoria. Apesar disso, podiam desfrutar do mesmo ócio que a propriedade de terras e escravos permitia aos proprietários fundiários, que se constituíram como classe nobre ou aristocrata.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

A retomada de obras clássicas do pensamento social brasileiro a partir da crítica feminista ao patriarcado se mostra promissora, um vez que permite não apenas questionar os fundamentos da emergência do Estado moderno e do Estado brasileiro, mas avaliar em que medida tais princípios se articulam com sistemas de subordinação específicos, permitindo atualizar formas de desigualdade à despeito da emergência e da predominância de valores como liberdade e igualdade.

Esse esforço também permite explicitar os limites dos conceitos universalistas de nação, Estado e cidadania, indicando que esses são insuficientes para superar a dominação masculina.

Tal integração remete também ao debate contemporâneo presente na teoria política acerca da relação entre redistribuição e reconhecimento ou à possibilidade de se pensar em conjugar essas dimensões da cidadania e das reivindicações por direitos, explicitando a necessidade premente de integrá-las se o que se tem em mente é garantir que os direitos formalmente garantidos possam ser usufruídos por todos, ou seja, se o que se quer é uma pluralização do espaço público e o aprofundamento da democracia.

BRASIL PÓS- NEOLIBERAL ? Continuaremos democráticos?????



A globalização permite novas formas de ativismo feminista (transnacional, multiescalar), porém com algumas dificuldades, já que, o que era uma tentativa para ampliar o alcance da justiça além do Estado-nação acabou por se integrar em alguns aspectos com as necessidades administrativas de uma nova forma de capitalismo, AQUELE QUE FOCA TB EM RESULTADOS CÍVICOS.

Busca-se uma articulação horizontalizada dos feminismos latino-americanos. A ver...

BRASIL - rápida absorção e abandono das ideias feministas e anti-racistas pelos Estados e sociedades latino-americanas – riscos de uma institucionalização ainda bastante PRECÁRIA.

Obrigada!

**Profa. Marlise Matos
(DCP, NEPEM, CIFG / UFMG)**